

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 11 DE JUNHO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO

PRESENCAS

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e os senhores Vereadores, Ernesto da Silva Rodrigues, Fernando Jorge Lima Ribeiro, em substituição do senhor Vereador António Pinto Carreira (nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas, em substituição do senhor Presidente da Câmara Municipal (nos termos do artigo 78º e 79º, da citada Lei), Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

Presidiu à reunião o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, em substituição do senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 3, do artigo 57º, da citada Lei.

AUSÊNCIAS

Justificadas as ausências do senhor Presidente da Câmara, por se encontrar de férias e do senhor Vereador António Pinto Carreira, por motivos pessoais.

SECRETARIOU

O Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Nelson Miguel Pinto Nogueira.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Vice-Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro**, relativamente à gestão do Teatro Ribeiro Conceição, proferiu o seguinte: *“Sr. Presidente, na reunião ordinária da câmara municipal de lamego, realizada no dia 21 de janeiro de 2019. Perguntei ao Sr. Presidente em face das alterações efectuadas na Gestão do Teatro Ribeiro Conceição e dado que já*

um ano se passou gostaria que informasse os gastos tidos com este equipamento municipal, bem como o número de espectáculos (cinema, teatro, musica, congressos, etc) e respectivo número de pessoas a assistir, bem como o valor de poupança que se verificou, caso exista, em relação ao modelo anterior. O Sr. Presidente respondeu, passo a citar: "... disse que o respetivo pelouro está já a elaborar esse trabalho a seu pedido, para suporte à gestão orçamental para o corrente ano, pelo que assim que disponível, será remetido aos senhores Vereadores. No passado dia 29 de abril, voltei a questionar o Sr. Presidente, novamente, sobre o mesmo assunto ao que me foi respondido: "...o mesmo já se encontra concluído e virá numa próxima reunião, para conhecimento dos senhores Vereadores." Sr. Presidente, dado que até ao momento nenhum elemento nos chegou gostaria de saber qual a data prevista, "dessa próxima reunião", em que o Relatório aparecerá?"

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha**, sobre o relatório da gestão do Teatro Ribeiro Conceição, respondeu que o mesmo já está elaborado, faltando apenas o senhor Presidente da Câmara decidir remete-lo à reunião de câmara para a sua apreciação.

FESTAS E SOLENIDADES (COD 26)

O senhor **Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro**, a propósito do festival, anunciado, Wine & Music Valley, disse o seguinte: *"Sr. Presidente, foi no passado dia 17 do corrente mês apresentado o Wine & Music Valley, um festival que terá como lugar o Porto Comercial de Cambres. Segundo os promotores, o evento "assume-se como uma experiência de fusão musical e gastronómica, capaz de contribuir para o desenvolvimento do enoturismo na Região Demarcada do Douro. ... apresenta-se, assim, como um projecto anula de cariz nacional e internacional, capaz de gerar impacto económico e turístico para a região."* Gostaria que o Sr. Presidente informasse qual o tipo e forma de apoio que o Município de Lamego dá a este evento? "

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que o festival, Wine & Music Valley é um evento promovido por uma entidade privada, à qual o Município de Lamego se associou. Para já, o apoio disponibilizado pelo Município restringe-se à mediação e interlocução com entidades oficiais, não havendo qualquer compromisso financeiro.

AMBIENTE (COD 04-A)

O senhor **Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro** alertou o seguinte: *"Sr. Presidente, não sei se já tem conhecimento de que no dia 06/06/19, pelas 16h o Rio Balsemão, foi contemplado com mais uma descarga com as mesmas características das relatadas no*

passado verão. Este assunto foi por mim trazido à reunião de Câmara de 27 de agosto com a seguinte intervenção: “Apesar de o assunto das descargas clandestinas, no Rio Balsemão, terem sido objeto de discussão na anterior reunião do Executivo, quero informar o Senhor Presidente da Câmara que, ao contrário do que afirmou, o assunto não está sanado. As descargas têm continuado a ocorrer. Agrava o facto de, se numa primeira situação o manifesto descontentamento dos populares refreavam as mesmas, ao ter deslocalizado o local das descargas, como deixaram de ser sindicadas, estas aumentaram em frequência. Em boa verdade, o problema específico das descargas apenas mudou de localização.” Ao que o Sr. Presidente da Câmara disse: “...Reafirmou que, após a intervenção efetuada no Rio Balsemão, tiveram conhecimento de um episódio de descarga, após o que foram desenvolvidas todas as diligências pelos serviços, juntamente com as autoridades, na tentativa de apurar as razões e encontrar os responsáveis. Apelou a todos os senhores Vereadores e cidadãos para que sempre que haja episódios desta natureza sejam comunicados aos serviços municipais, para que, de imediato, se possa atuar; o que não se pode permitir é que haja uma atitude de laxismo.” Sr. Presidente a informação está dada caso da mesma ainda não tivesse conhecimento, pelo que se solicita que tome as diligências que considerar convenientes.”

Quanto a este assunto, o senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que lhe custa perceber que continuem a existir descargas poluentes no Rio Balsemão dado que, na zona da Rina, já se tomaram medidas para detetar e evitar descargas poluentes. No entanto, pelo facto de haver, naquela zona, rede de esgotos e de águas pluviais antigas que não estão cadastradas, torna-se, por isso, difícil detetar a origem das referidas descargas. Deverá continuar haver uma preocupação de comunicar imediatamente às autoridades competentes, sempre que se detete algum tipo de descarga poluente neste rio.

CÂMARA MUNICIPAL (COD 14)

O senhor **Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro**, sobre o relatório anual do Auditor Interno, questionou o seguinte: *“Sr. Presidente gostaria de saber se poderia informar o porque da ainda não ter sido dado conhecimento do Relatório do Auditor Interno ao Executivo bem como questionar se pretende fazê-lo ou não?”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que o senhor Presidente da Câmara trará brevemente, a conhecimento do Executivo, o Relatório Anual do Auditor Interno.

JARDINS E ARBORIZAÇÃO (COD 36)

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** alertou, para o facto do espaço verde que existe na parte superior do Pavilhão Multiusos estar com um aspeto abandono e

desleixo, principalmente no que se refere ao espaço relvado, que aparentemente não está a ser regado o que leva a crer que os aspersores de rega não estão a funcionar. Solicita, por isso, uma verificação do sistema de rega, de modo a que aquele espaço seja revitalizado.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** respondeu que irá encaminhar este assunto para o Serviço respetivo para resolver esta situação.

HOMENAGENS (COD 33)

O senhor **Vereador José Correia da Silva** propôs um voto de congratulação e felicitação ao distinto lamecense General Rui Davide Guerra Pereira, Vice-Chefe do Estado-Maior e Chefe da Força Terrestre do Exército Português, pela condecoração com que foi distinguido pelo Chefe do Estado Maior do Exército de Espanha, através da imposição da Grande Cruz do Mérito Militar do Exército de Espanha, cuja cerimónia ocorreu salão nobre do Palácio de Buenavista, em Madrid, sede do Quartel-general do Exército de Espanha. Em Dezembro do ano passado, o Presidente da República confirmou a nomeação do tenente-general Rui Davide Guerra Pereira para o cargo de vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, cuja nomeação foi assinada pelo ministro da Defesa. A 04 de dezembro de 2017 foi publicado em Diário da República o decreto do Presidente da República confirmando a promoção ao posto de tenente-general do major-general Rui Davide Guerra Pereira, que no dia 27 desse mês, em Lisboa, tomou posse como Comandante das Forças Terrestres. Anteriormente, de janeiro a novembro de 2017, Guerra Pereira tinha exercido as funções de segundo comandante do quartel-general da NATO em Valência, em Espanha. Natural de Lamego, sempre ligado às suas raízes, o General Guerra Pereira, vai trilhando um brilhante percurso na carreira militar que desde muito cedo abraçou, demonstrando inegáveis qualidades de competência e profissionalismo, aliadas ao mais elevado sentido patriótico que o inspira. *“Bem-haja pelo seu exemplo e pelo orgulho que transmite às gentes da sua terra: Lamego!”*

Deliberação: Todo o Executivo Municipal associou-se a este voto de congratulação.

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 03 DE JUNHO DE 2019 (COD. 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 3 de junho de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores Fernando Jorge Lima Ribeiro, Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas e Fernando Silvério Cardoso de Sousa, por não terem estado presentes na referida reunião.

• Gabinete Jurídico, Contencioso e Execuções Fiscais – CÓD. DAC 02| GJCEF 04

02-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 9/2016 (COD 17)**ARGUIDO: FERNANDO FERREIRA RODRIGUES**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 437/17/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela fica a fazer parte integrante, propondo à Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, no âmbito do processo de contraordenação n.º 9/2016, não obstante se ter verificado interrupção do prazo prescricional, com a notificação do arguido para apresentar a sua defesa por escrito, haver-se-á de concluir que o procedimento contraordenacional se encontra prescrito, pelo decurso do respetivo prazo legal, acrescido de metade, ou seja, 28 de setembro de 2017, podendo-se arquivar os presentes autos.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

03-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**REQUERENTE: MARIA ISABEL RODRIGUES TEIXEIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 457/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Isabel Rodrigues Teixeira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à

Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Maria Isabel Rodrigues Teixeira, cliente n.º 5717, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

04-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: MARIA DO CÉU BARBOSA ARAÚJO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 458/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Do Céu Barbosa Araújo solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Maria Do Céu Barbosa Araújo, cliente n.º 29068, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

05-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: JOSÉ ALBANO DA SILVA MADUREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 459/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor José Albano Da Silva Madureira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de José Albano Da Silva Madureira, cliente n.º 10336, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

06-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL FAMILIAR (COD 01)

REQUERENTE: ANÍBAL CID DE OLIVEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 460/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 3878/DASU, de 31/05/2019, propondo à Câmara Municipal que delibere a aplicação do tarifário especial familiar aos

consumos de água de Aníbal Cid De Oliveira, cliente n.º 23350, titular do respetivo contrato da prestação de serviços de fornecimento de água, de drenagem de águas residuais e da gestão de resíduos sólidos urbanos, da instalação predial sita na nesta cidade.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

07-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: ANA MARIA GOMES RIBEIRO PEREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 461/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Ana Maria Gomes Ribeiro Pereira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Ana Maria Gomes Ribeiro Pereira, cliente n.º 19144, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

08-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: ANTÓNIO TEIXEIRA RAMOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 462/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor António Teixeira Ramos solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de António Teixeira Ramos, cliente n.º 32586, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

09-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: DAMIÃO ISIDRO MENDES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 463/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor Damião Isidro Mendes solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego,

a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Damião Isidro Mendes, cliente n.º 29158, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

10-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: ELISABETE MARIA PAIXÃO CARDOSO GOMES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 464/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Elisabete Maria Paixão Cardoso Gomes solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Elisabete Maria Paixão Cardoso Gomes, cliente n.º 19300, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

11-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: MARIA DO CARMO CONCEIÇÃO PEREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 465/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Do Carmo Conceição Pereira solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Maria Do Carmo Conceição Pereira, cliente n.º 16507, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

12-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: MARIA FILOMENA SANTOS SILVA CLARO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 466/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Filomena Santos Silva Claro solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Maria Filomena Santos Silva Claro, cliente n.º 19177, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

13-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: MARIA LISETTE OSÓRIO PINTO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 467/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Lisete Osório Pinto solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Maria Lisete Osório Pinto, cliente n.º 18871, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

14-ASSUNTO: PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL – AUDIÊNCIA PRÉVIA (COD 01)

REQUERENTE: REGINA REGO OLIVEIRA FERREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 468/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, para que considerando a Inf.n.3561/DASU de 23/05/19, onde constam os respetivos fundamentos, se delibere, a audiência prévia da requerente, cliente n.14955, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial sita na Rua do Mártir S. Sebastião, Bl. 5A, 3.Dt., freguesia de Lamego, nos termos do Artº.121 do CPA, para que, por escrito, se pronuncie sobre o projeto de decisão de indeferimento do seu pedido de adesão à tarifa social.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, promover a audiência prévia da requerente, sobre o projeto de decisão de indeferimento do seu pedido de adesão à tarifa social.

15-ASSUNTO: PEDIDO DE APLICAÇÃO DE TARIFA DE FUGAS. (COD 01)**CONSUMIDOR:** DOURO LÁCRIMA LUSA, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 469/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual é proposto que Executivo Municipal se digne deliberar indeferimento definitivo do referido pedido de aplicação da tarifa de perdas de água à fatura n.8046 de janeiro de 2019 da requerente DLL-Douro Lágrima Lusa, Lda., cliente 14767, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial sita na Qta. de Calvilhe, freguesia de Lamego, dado que a mesma, não se pronunciou para os efeitos do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), em resposta ao Of. 612 de 10/04/19.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

16-ASSUNTO: APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE LAMEGO (PMDFCI 2019 – 2028) PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO. (COD 35)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 471/35/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“No âmbito da revisão do PMDFCI de Lamego (2019-2028) e ao abrigo do n.º 5 do Artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lamego procedeu à abertura do processo de consulta pública. A consulta pública foi previamente publicitada no Diário da República, 2.ª série – N.º 58, de 22 de março de 2019 (Edital n.º 422/2019) e teve início em 22 de março de 2019 e término a 12 de abril de 2019, num total de 15 dias úteis. Estiveram disponíveis para consulta todos os documentos que fazem parte integrante do plano, nomeadamente, o Caderno I e II, no Gabinete de Atendimento ao Município da Câmara Municipal de Lamego e no sítio oficial do Município na internet e em www.cm-lamego.pt.

Do processo de consulta pública, não houve a registar reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento. Findo este período, o relatório da consulta pública e o PMDFCI de Lamego (2019 – 2028) foram novamente remetidos à Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Lamego, a qual no passado dia 23 de abril de 2019, promoveu a consolidação do Plano.

Considerando o estipulado no número 10, do Artigo 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, “Os PMDFCI são aprovados pela assembleia municipal, por maioria simples, que deverá deliberar num prazo de 45 dias, devendo o período de planeamento ser ajustado, se necessário, por forma a estar consentâneo com o período de vigência do

plano”. Assim sendo, proponho à Exma. Câmara que delibere aprovar o envio do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Lamego (2019 – 2028) e respetivo processo administrativo anexo, à Digníssima Assembleia Municipal de Lamego, para aprovação.”

O senhor **Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro**, sobre este assunto, disse o seguinte: *Sr. Presidente, confesso que o tempo de que dispus para a leitura deste Plano Municipal não foi suficiente para ter uma ideia clara do mesmo. A esta dificuldade acrescenta o facto de estarmos perante especificidades cujas vertentes tratadas não domino. Seria de toda utilidade que a apresentação deste Plano para Aprovação fosse acompanhada por uma apresentação por parte dos seus autores. Apesar do desconhecimento específico da área em questão, a leitura do Relatório levanta-me algumas apreensões, nomeadamente o facto de me levar a concluir que algumas das mais importantes medidas de prevenção terem a sua eficiência dependentes dos constrangimentos financeiros quer do Município quer dos Proprietários de terrenos ou habitações. Parece, segundo este Plano que o seu sucesso ou insucesso ficam dependentes de candidaturas a fundos nacionais e comunitários. De referir, talvez como prova do afirmado anteriormente, que para o ano de 2019 apenas estavam previstos 600 euros para acções de sensibilização. Propunha que os autores do Plano fizessem uma apresentação do mesmo antes de ser votado.”*

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** considera pertinente a declaração senhor Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro, no entanto, no ano de 2018, apesar dos constrangimentos financeiros conseguiu-se tomar as medidas necessárias na prevenção de incêndios florestais com sucesso. Quanto à apresentação do plano, pelos seus autores, a mesma poderá ser feita aquando da realização da Assembleia Municipal.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, nos termos da alínea a) do n.º1, do artigo 33º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, devendo o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Lamego, aqui aprovado, ser enviado à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos e para efeitos de cumprimento do disposto no n.º10, do artigo 4º, a que se refere o n.º 1, do Despacho n.º 443-A/2018, do Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, em articulação com o estatuído na alínea h) do n.º 1, do artigo 25º, da citada Lei 75/2013, de 12 de setembro.

17-ASSUNTO: MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO PARA A GESTÃO PARTILHADA DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS INTER-REGIONAL. **(COD 62)**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 472/62/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“A Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), estabelecendo o seu anexo o regime jurídico aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação.

O referido diploma legal procede à descentralização de competências relativas à gestão do sistema de transportes públicos em diversos níveis da administração pública, transferindo para os Municípios e para as Comunidades Intermunicipais as competências para serem as autoridades de transporte dos serviços públicos de transporte de passageiros municipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente nas respetivas áreas geográficas.

O Instituto da Mobilidade e Transportes, I.P (IMT), enquanto principal entidade envolvida na implementação do RJSPTP, tem vindo a manifestar, recorrentemente, que a melhor solução técnica e administrativa para a gestão da rede de transportes será através da gestão intermunicipal.

No caso particular dos serviços de transporte público inter-regionais, comuns a mais que um Comunidade Intermunicipal (CIM), a gestão deve ser partilhada. A delegação e partilha de competências entre as Autoridades de Transporte estão previstas no artigo 10º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), nomeadamente no ponto 1 do referido artigo: “As autoridades de transportes podem delegar, designadamente através de contratos interadministrativos, total ou parcialmente, as respetivas competências noutras autoridades de transportes ...”.

Assim, proponho à Exma. Câmara Municipal a aprovação da minuta do contrato interadministrativo para a gestão partilhada do serviço público de transporte de passageiros inter-regional, a celebrar entre o Município de Lamego e a CIM Douro.”

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

18-ASSUNTO: PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO TARIFÁRIA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS (PART) (COD 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 473/62/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, do seguinte teor:

“A Lei do Orçamento de Estado para 2019 prevê o financiamento do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), que tem como principal objetivo combater as externalidades negativas associadas à mobilidade, nomeadamente o

congestionamento, a emissão de gases de efeito de estufa, a poluição atmosférica, o ruído, o consumo de energia e a exclusão social.

O PART visa atrair passageiros para o transporte público, apoiando as Autoridades de Transporte com uma verba anual, que lhes permita operar um criterioso ajustamento tarifário e da oferta, no quadro das competências que lhes são atribuídas pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, e cujas ações se enquadrem nas seguintes tipologias:

- a) Apoio à redução tarifária transversalmente a todos os utentes;
- b) Apoio à redução tarifária ou à gratuitidade para grupos alvos específicos;
- c) Apoio à criação de “passes família”;
- d) Apoio às alterações tarifárias decorrentes do redesenho das redes de transporte e da alteração de sistema tarifários.

O Despacho Conjunto n.º 1234-A/2019, de 31 de janeiro, do Secretário de Estado do Orçamento e Secretário de Estado Adjunto e da Mobilidade, publicado na 2ª série do Diário da República em 04 de fevereiro de 2019, que veio regular o PART, determina, no seu número 5, que “compete às AM e CIM proceder à repartição das dotações pelas autoridades de transporte existentes no seu espaço territorial, tendo em consideração a oferta em lugares/km produzidos pelos serviços de transporte por estes geridos”.

Ao Município de Lamego foi atribuída uma verba de 71.065,48€, proveniente do Fundo Ambiental. Considerando que o acesso ao financiamento do PART está sujeito, conforme previsto na LOE 2019, a uma comparticipação mínima dos municípios de 2,5% da verba transferida pelo Fundo Ambiental, caberá ao Município de Lamego comparticipar com 1.776,64€.

De acordo com o Despacho n.º 1234-A/2019, a Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro) submeteu uma candidatura global para todos os municípios da Comunidade Intermunicipal, no dia 15 de Março de 2019, de acordo com o Plano de aplicação do PART em todo o território Nacional. Decorrente da reunião do Conselho Intermunicipal e da Comissão criada para o efeito, coube ao Município de Lamego a comparticipação de 71.065,48€, para aplicação do PART, como foi já referido anteriormente.

Embora a CIM Douro tivesse a responsabilidade de gestão da verba total e sua repartição, bem como a submissão da candidatura global, passou a ser de inteira responsabilidade do Município de Lamego, como Autoridade de Transportes, remeter à Comunidade Intermunicipal a informação necessária para a candidatura.

Nesse sentido, e atento o curto prazo concedido para a submissão da candidatura (15.03.2019) e a urgência e elevado interesse público na realização da mesma, foram submetidas na candidatura duas medidas de redução tarifária, para ao Município de Lamego, designadamente:

a) Redução tarifária de 10 % na totalidade dos passes da rede municipal do concelho de Lamego. Com esta medida pretende-se conceder um desconto transversal a totalidade dos passes referentes à rede municipal do concelho de Lamego, incluindo os transportes urbanos Verdinho, possibilitando a atração de mais passageiros para a utilização do transporte público em detrimento de outros modos de transporte poluentes. Considerando o impacto que a redução de preço terá na procura, aportará ao município um montante de 49.522,12€, de acordo com os cálculos efetuados pela MPT – Mobilidade e Planeamento do Território, Lda. (prestadora de serviços para elaboração do estudo para planeamento e avaliação de uma rede de transportes públicos em Lamego) de acordo com as especificações dadas pelo MUNICIPIO.

b) Redução tarifária de 10% dos bilhetes simples, bilhetes de ida e volta e bilhetes pré-comprados. Pretendemos com esta medida conceder um desconto aos utilizadores ocasionais do transporte público, efetuando uma redução transversal das tarifas afetas aos bilhetes simples, bilhetes de ida e volta bem como aos bilhetes pré-comprados, possibilitando, tal como na medida anterior, atrair mais passageiros para o transporte público, reduzindo os encargos suportados com as deslocações. Esta medida tem um montante global de 23.320,00€, de acordo com os cálculos efetuados pela referida MPT.

Em anexo encontra-se o quadro da aplicação da Dotação do PART.

De acordo com informação verbal, quer o Fundo Ambiental, quer o IMT-IP, não procederão a uma aprovação formal das candidaturas, no entanto, não tendo havido recusa, as mesmas consideram-se aprovadas.

As verbas referentes às medidas propostas serão transferidas para a CIM Douro que posteriormente procederá à transferência para os Municípios que não delegaram as competências de Autoridades de Gestão de Transportes, como é o caso do Município de Lamego, de acordo com as mesmas regras adotadas pelo Fundo Ambiental para a transferência para a CIM Douro.

A Autoridade de Transportes da CIM Douro procedeu à transferência para o Município de Lamego, de 18.224,75€, no passado dia 23 de Abril, correspondente à primeira tranche do PART. Esta transferência corresponde a 2,5 meses (e não a 3 como indicado no Despacho Conjunto nº 1234-A/2019), sendo a totalidade da verba prevista transferida por tranches até ao final do ano. Esta situação decorre do mesmo procedimento efetuado pelo Fundo Ambiental na transferência de verbas para as CIM.

A Autoridade de Transportes deve remeter, em momento posterior, documentação que comprove a aplicação das verbas transferidas ao abrigo do PART.

Assim, proponho à Exma. Câmara Municipal que delibere aprovar, nos termos da candidatura efetuada:

a) Redução tarifária de 10 % na totalidade dos passes da rede municipal do concelho de Lamego,

b) Redução tarifária de 10% dos bilhetes simples, bilhetes de ida e volta e bilhetes pré-comprados.

Mais proponho a aprovação da respetiva minuta de acordo a celebrar entre a Câmara e a Transdev Interior, SA., que se anexa.”

O senhor **Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro** sugeriu que o desconto aplicado à redução do bilhete simples fosse agregado ao desconto dos passes. Assim, obteríamos maior desconto e o incentivo à utilização do transporte público seria maior.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa**, apesar de concordar com esta proposta de redução tarifária nos transportes públicos, considera que, neste país, há portugueses de primeira e portugueses de segunda, pois não se compreende que os habitantes das grandes áreas metropolitanas tenham descontos significativos nos passes dos transportes públicos com um grande impacto financeiro nas famílias ao contrário do que é oferecido no concelho de Lamego e em todo o interior deste País. Estas medidas não estão a combater as assimetrias existentes entre o litoral e o interior do país, antes pelo contrário, estão a cada vez mais a criar o fosso já existente entre o interior o litoral, mas ainda assim votarei favoravelmente esta proposta.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** concordou com a sugestão do senhor Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro.

O senhor **Vereador Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas** partilha das preocupações evocadas pelos senhores Vereadores, quanto à injustiça que existe entre o litoral e o interior do País, pois considera que os problemas e as necessidades que existem nos cidadãos do litoral são os mesmos dos cidadãos do interior. A decisão sobre esta proposta é o início de um processo, e em próximas ocasiões poderão ser reivindicadas melhores condições.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** considera que os descontos atribuídos, pelo Governo, aos passes dos habitantes das zonas metropolitanas do País, se trata de uma medida eleitoralista, pois verifica-se mais descontos onde há um maior número de eleitores. Apesar da injustiça relativa, a redução tarifária de 10%, para os habitantes deste município, é uma medida positiva, pois promove a utilização do transporte público, em nome da eficiência energética, do ambiente e da qualidade de vida das pessoas. Considera, também, que para haver uma maior utilização do transporte público, terá de haver uma rede de transportes coerente com várias valências. No entanto deverá haver pressão dos municípios do Interior do País sobre a Administração Central, para que se

promova a igualdade de direitos, nomeadamente no que se refere á oferta e às condições do serviço de transporte público.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** partilha das preocupações dos senhores Vereadores, e considera que esta redução tarifária é o primeiro passo de uma discriminação positiva, apesar de não ter o volume que se pretendia. Este processo será o início da marcação de uma posição conjunta dos Municípios da CIM Douro, com o objetivo de reivindicar igualdade de direitos na obtenção de redução tarifária nos transportes públicos para os cidadãos do interior do país. Terá de se exigir mais apoios para o território interior e trabalhar sobre a melhoria das redes de transportes, tornando o transporte público mais atrativo que o transporte individual, numa base de mobilidade sustentável e moderna, apesar de ser mais difícil fazer este trabalho nos territórios de baixa densidade.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** justificou o seu voto tendo em conta as suas considerações iniciais.

19-ASSUNTO: PEDIDO DE ESTACIONAMENTO RESERVADO A PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA (COD. 62)

REQUERENTE: ÓPTICA PARENTE 2, LDA

LOCAL: RUA DE ALMACAVE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 475/62/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que face ao conteúdo da informação nº3908, de 03.06.2019, emanada pela DASU, é proposto à Câmara Municipal, que ao abrigo dos nos 1 e 2 do artigo 6º do Dec. Lei 44/2005, de 23 de Fevereiro, aprove a colocação da seguinte sinalização de trânsito, na Freguesia de Lamego:

- Colocação de um sinal de estacionamento autorizado (H1a), acompanhado com painel adicional M11d em frente ao nº102, da rua de Almacave.
- Colocação de um sinal de fim estacionamento autorizado (H40), no fim do lugar referido anteriormente.

A sinalização vertical anteriormente referida está regulamentada pelo (Dec. Regulamentar 22- A/98 de 01.10 e alterado pelo Dec. Regulamentar nº 41/2002 de 20.08).

Deliberação: Retirada da ordem de trabalhos.

20-ASSUNTO: ALTERAÇÕES DE TRÂNSITO NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DA FEIRA MEDIEVAL 2019 (COD. 62)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 476/62/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, para que face ao conteúdo da informação nº3696, de 28.05.2019,

emanada pela DASU, propõe à Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere o Artº8 do Dec. Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de Março e a alínea rr) do nº1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que ratifique o seu despacho do dia 04.06.2019, onde autorizou as alterações de trânsito e estacionamento, acompanhadas com a devida sinalização, para a realização da feira medieval 2019, nos seguintes arruamentos:

- Proibição de paragem e estacionamento, a partir das 09:00h, do dia 05.06.2019:

Na Rua Padre Alfredo Pinto Teixeira;

Na Praça do Comércio;

Na Rua da Cadeia;

Na Rua Torta;

Largo da Seara (em frente à “Padoce”);

Na Rua de Almacave até “Multiópticas”.

- Proibição de paragem e estacionamento, a partir das 13:00h, do dia 06.06.2019:

Na Rua 28 de Maio;

Na Rua de Almacave;

Na Rua das Chagas;

Na Rua de Almacave;

Rua Cândido dos Reis;

Largo do Castelo.

- Proibição de paragem e estacionamento (exceto PSP, Bombeiros e Apitil), na Av. 5 de Outubro, lado direito, sentido ascendente, desde o entroncamento com a rua do Campo até ao entroncamento com a Rua Marquês de Pombal.

- Encerramento de trânsito, a partir das 13:00h, do dia 06.06.2019:

Na Av. 5 de Outubro desde o entroncamento da Rua 28 de Maio;

Na Rua Marquês de Pombal;

Na Praça do Comércio;

Na Rua Padre Alfredo Pinto Teixeira;

Av,. das Acácias sentido descendente.

- Trânsito nos dois sentidos, a partir das 13:00h, do dia 06.06.2019:

Na Rua Cândido dos Reis.

Na Rua de Almacave;

- Trânsito no sentido inverso a partir das 13:00h, do dia 06.06.2019:

Na Rua 28 de Maio.

Rua das Chagas

- Trânsito proibido a pesados, a partir das 13:00h, do dia 06.06.2019:

No entroncamento da Rua de S. João com a Rua de S. José;

No entroncamento da Av. 5 de Outubro com Rua de Fafel;

Na Av. das Acácias entroncamento anterior ao edifício da antiga cantina municipal.

- Autorização de virar à esquerda na Av. 5 de Outubro para a Rua Dr. Francisco Laranjo (antiga Rua do Barronco).

Deliberação: Ratificado por unanimidade

DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – CÓD. DFP | 03

21-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO NA SEQUENCIA DE SINISTRO AUTOMÓVEL (**COD. 52-A**)

REQUERENTE: MANUEL JESUS DA SILVA

LOCAL: LUGAR DO PIO

DATA: 2019/05/28

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 474/56-A/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo qua a Câmara Municipal delibere a sobre o pedido de indemnização feito pelo requerente Manuel Jesus Da Silva, tendo em conta a informação dos Serviços, informação n.º 3488/2019, dando conta da pretensão do requerente em ser ressarcido do valor em que foi lesado no seguimento do sinistro de que foi alvo, quando circulava no Lugar do Pio, Cambres, e o seu veículo foi atingido por uma tampa de saneamento que saltou. A pretensão do requerente afigura-se legítima e casos análogos têm sido deferidos, até porque há confirmação do sucedido pela GNR, que emanou relatório que está junto ao processo. Apesar de este sinistro ter todas as condições para ser assumido pela companhia de seguros, o valor em causa (€ 279,95) impossibilita-o, em virtude de ser inferior à franquia contratual da apólice de responsabilidade civil, pelo que, a haver indemnização, terá de ser o Município a prestá-la.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, indemnizar o requerente em 279,95€.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Municipais – CÓD. DOU 06 | OM 02

22-ASSUNTO: CONCURSO PÚBLICO PARA FORMAÇÃO DE CONTRATO DE EMPREITADA (**COD. 41**)

OBRA: CIRCUITO PEDONAL – RELÓGIO DO SOL ACESSO AO CENTRO URBANO DE LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 477/41/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo que, a Câmara Municipal, ratifique o seu despacho datado de 04/06/2019, onde aceitou os termos de suprimento dos erros e omissões reclamados e aprovou a lista final do mapa de quantidades a concurso, contendo os erros e omissões da obra denominada “Circuito Pedonal – Relógio do Sol Acesso ao Centro Urbano de Lamego.”

Deliberação: Adiada a votação deste assunto, para retificação de documentos.

Obras Particulares e Loteamentos – CÓD. DOU 06 | OPL 01

23-ASSUNTO: OBRAS DE EDIFICAÇÃO DE UNS ARRUMOS - PROJETO DE ARQUITETURA – PROC. 435/18 (**COD. 42**)

REQUERENTE: JOSÉ BERNARDO DE JESUS BRILHANTE

LOCAL DA OBRA: RUA DO ALECRIM – U.F. CEPÕES, MEIJUNHOS E MELCÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 478/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 919/DOU, de 16/04/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 27/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura referenciado, com os condicionalismos referidos. Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

24-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO - PROJETO DE ARQUITETURA – PROC. 239/18(**COD. 42**)

REQUERENTE: JOSÉ TADEU DA COSTA MONTEIRO

LOCAL DA OBRA: RUA DO CRUZEIRO – U.F. PARADA DO BISPO E VALDIGEM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 479/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1185/DOU, de 22/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 31/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura referenciado, com os condicionalismos referidos. Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

25-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO — PROJETO DE ARQUITETURA
– PROC. 596/18(**COD. 42**)

REQUERENTE: VIRIATO NUNES DUARTE RIBEIRO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DAS POÇAS, AVÕES DE LÁ - AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 480/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1091/DOU, de 14/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 30/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura referenciado, com os condicionalismos referidos. Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

26-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO COLETIVA –
PROJETO DE ARQUITETURA - PROC. 318/17(**COD. 42**)

REQUERENTE: PEDRO HENRIQUE TEIXEIRA PEREIRA PINTO

LOCAL DA OBRA: AV. DR. JOSÉ DE ALMEIDA - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 481/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 837/DOU, de 05/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 03/06/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura referenciado, com os condicionalismos referidos. Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

27-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO - PROJETO DE ARQUITETURA -
PROC. 309/16(**COD. 42**)

REQUERENTE: ANTÓNIO TEIXEIRA CORREIA

LOCAL DA OBRA: QUINTA DA CÓNEGA LOTE 14 - LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 482/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1239/DOU, de 28/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 31/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual

redação, delibere a aprovação do projeto de arquitetura referenciado, com os condicionalismos referidos. Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

28-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA MORADIA FAMILIAR – PROJETO DE ARQUITETURA (COD. 42)

REQUERENTE: SÓNIA ALEXANDRA MARTINS CLEMENTE

LOCAL DA OBRA: QUINTA DE CARIA - U.F. CEPÕES, MEIJINHOS E MELCÕES
Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 483/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1238/DOU, de 28/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 31/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura referenciado, com os condicionalismos referidos nomeadamente ao afastamento do muro de vedação de 4,00 ao eixo do caminho, em cumprimento do referido no artigo 60º, da Lei n.º 2110/1961 de 19 de Agosto – Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Nacionais, cedendo a área ao domínio público. Propõe, ainda, que se notifique a requerente, para no prazo de 6 meses requerer a aprovação dos projetos das especialidades, nos termos do n.º 4, do artigo 20º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 de setembro.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

29-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA HABITAÇÃO – PROC. 42/19 (COD. 42)

REQUERENTE: MANUEL PINTO RIBEIRO

LOCAL DA OBRA: LUGAR DO FOJO. MATANCINHA – PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 484/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1141/DOU, de 20/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 29/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento de um edifício para habitação (legalização), com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

30-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO PARA HABITAÇÃO – PROC. 191/14 (COD. 42)**REQUERENTE: FLÁVIO RÚBEN SANTOS MORAIS****LOCAL DA OBRA: QUINTA DO AREAL – LAMEGO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 485/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1050/DOU, de 09/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 27/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, delibere o licenciamento das alterações à obra de construção um edifício para habitação, com os condicionalismos referidos. Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

31-ASSUNTO: LEGALIZAÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 200/19 (COD. 42)**REQUERENTE: FRANCISCO DO CARMO TEIXEIRA****LOCAL DA OBRA: RUA COVA DO BARRO, N.º 176, CASA 4, QUINTA DO MARÔ - BRITIANDE**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 486/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1095/DOU, de 15/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 30/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, que delibere submeter à audiência prévia do interessado, nos termos do artigo 122º, do CPA, o projeto de decisão de indeferimento do pedido de licenciamento, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 24º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

32-ASSUNTO: QUEIXA DE UMAS RUINAS – PROC. 685/18 (COD. 42)**REQUERENTE: MUNICIPIO DE LAMEGO****LOCAL DA OBRA: LUGAR DO SARDINHO - MAGUEIJA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 487/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo que a Câmara Municipal, delibere a homologação do auto de vistoria n.º 18 de 15 de maio de 2019, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VIII – Conclusão, do citado auto de vistoria

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

33-ASSUNTO: CERTIDÃO REALIDADE MATERIAL AUTÓNOMA – PROC. 168/19 (COD. 42)

REQUERENTE: ANA BELA MELO PEREIRA ALVES

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE ROSSAS - FERREIRIM

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 488/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 920/DOU, de 16/04/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 07/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, certifique que o prédio em causa já constituía realidade material autónoma antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 289/73 de 6 de junho – Lei dos Loteamentos

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

34-ASSUNTO: CERTIDÃO REALIDADE MATERIAL AUTÓNOMA – PROC. 234/19 (COD. 42)

REQUERENTE: JOSÉ CARLOS DE MOURA GUEDES

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA IGREJA - PENAJÓIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 489/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1216/DOU, de 24/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 31/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, certifique que o prédio em causa já constituía realidade material autónoma antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 289/73 de 6 de junho – Lei dos Loteamentos

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

35-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

36-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às doze horas, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Nelson Miguel Pinto Nogueira.

O Vice-Presidente,

O Secretário